

**ANEXO II – CHECKLIST PARA ENVIO DO ORIGINADOR PARA AUTUAÇÃO DE COBRANÇA EXECUTIVA**

**Checklist para envio do originador para autuação de cobrança executiva – SECEX-PI**

TC 005.297/2015-0

1. Nos termos do art. 3º da Resolução-TCU 178/2005, vencido o prazo fixado sem comprovação do recolhimento da dívida e inexistindo interposição de recursos com efeito suspensivo, remetemos os autos para fins de que sejam promovidas as ações necessárias para cobrança judicial.

| <b>Ordem</b> | <b>Item verificado</b>   | <b>Sim</b>               | <b>Não</b>               | <b>Não se aplica</b>     |
|--------------|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1.           | Foram feitas as análises quanto a existência de erro material para cada Acórdão (originador e de recurso) conforme previsto no Checklist do MMC 41/2016-Segecex, de 26 de setembro de 2016 (VEM-Verificação de Erro Material)?         | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2.           | Houve notificação para o endereço da base CPF/CNPJ?  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |
| 3.           | Caso a notificação se destine a outro endereço além daquele existente na base CPF/CNPJ, há nos autos comprovação desse novo endereço ou despacho de que o endereço tenha sido encontrado nas bases de dados do TCU (DGI)?              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |
| 4.           | Caso representado legalmente, a notificação ao responsável se deu por meio de seu procurador (MMC 10/2018-Segecex, de 21 de janeiro de 2018)?  | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5.           | Caso haja divergência de CEP entre o endereço constante no ofício de notificação e aquele da base CPF/CNPJ, juntou-se ao processo busca do site dos Correios com o CEP correto ou foi confeccionado despacho para expor essa situação? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |
| 6.           | No ofício de notificação estão corretos a data, a solidariedade, o cofre e o valor do(s) débito(s) e/ou multa?   | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7.           | A notificação à empresa foi feita para o endereço constante do CNPJ?   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |
| 8.           | Em caso de frustrada a tentativa de notificação para o endereço da empresa, foi feita tentativa de notificação para o endereço do representante legal?   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |
| 9.           | Caso o representante tenha se mantido silente (não compareceu espontaneamente aos autos), providenciou-se a publicação de edital?  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |
| 10.          | As informações de endereçamento do AR estão corretas? (endereço compatível com o constante do ofício e compatível com as pesquisas de endereço realizadas à época da notificação)?   | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11.          | Há informação do número do ofício no AR, assinatura do recebedor e data do recebimento?  | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12.          | No caso de débito ao Tesouro Nacional ou de multa, consultou-se o SisGRU para verificar se houve a quitação ou se está ocorrendo pagamento parcelado pelo responsável?   | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13.          | Responsável falecido?  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | X                        |

|              |   |                          |                          |                          |
|--------------|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
|              | Obs. Se sim, faz-se necessário diligenciar cartórios para obter certidão de óbito.  |                          |                          |                          |
| 14.          | Foram juntados ao processo a tela do cálculo do TJ dos responsáveis e, quando se tratar de contas, o Cadirreg?  | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Ordem</b> | <b>Somente se houver responsável falecido</b>   | <b>Sim</b>               | <b>Não</b>               | <b>Não se aplica</b>     |
| 15.          | Caso o responsável tenha falecido antes do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?<br><small>Entre outros, Ac. 1135/2017-Plenário, relatado pelo ministro Augusto Sherman, Ac. 3500/2016-Primeira Câmara, relatado pelo ministro Benjamin Zymler, e Ac. 2726/2016-Plenário, relatado pelo ministro Augusto Nardes.</small> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 16.          | Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio do falecido ou a dos seus sucessores diretamente?<br><small>Ac. 5148/2015-Primeira Câmara, relatado pelo ministro Benjamin Zymler.</small>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17.          | Juntou-se ao processo certidão de óbito do responsável?   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18.          | A notificação destinou-se ao inventariante, havendo comprovação nos autos de sua nomeação? Ou a notificação destinou-se aos herdeiros, havendo nos autos a homologação da partilha? Ou, caso não identificado inventário nem partilha, a notificação destinou-se ao administrador provisório do espólio (em geral o cônjuge sobrevivente), havendo nos autos a comprovação de seus dados?               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Ordem</b> | <b>Somente se houver recurso</b>  | <b>Sim</b>               | <b>Não</b>               | <b>Não se aplica</b>     |
| 19.          | O recurso interposto pelo responsável foi provido?***   | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.          | Caso haja recurso, foi conhecido com efeito suspensivo?   | X                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 21.          | Caso haja recurso interposto por terceiros, o relator estendeu o efeito suspensivo ao responsável? *  | <input type="checkbox"/> | X                        | <input type="checkbox"/> |
| 22.          | Caso haja embargos conhecidos, o efeito suspensivo foi considerado para todos os responsáveis? **   | <input type="checkbox"/> | X                        | <input type="checkbox"/> |

(\*) Se a resposta for sim, o TJ contará a partir da notificação do recurso. Se for não, o TJ contará a partir da notificação do acórdão recorrido, observar-se há solidariedade entre os responsáveis.

(\*\*) Quando se tratar de embargos de declaração, para os quais não há prévio exame de admissibilidade a cargo da SERUR, o TJ contará sempre a partir da notificação dos embargos, exceção somente quando estes não forem conhecidos.

(\*\*\*) Em caso de provimento de recurso, sendo esse conhecido, o TJ contará a partir da notificação do recurso.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. *Importante registrar que... Neste item devem ser informadas situações esclarecedoras a serem comunicadas ao órgão executor, notadamente:*

- parcelamento de multa/débito por quaisquer dos responsáveis;
- quitação de débito/multa por quaisquer dos responsáveis;
- admissibilidade de recurso com efeito suspensivo;
- cofre credor é município;
- responsável falecido (no caso de item da multa); e
- nomeação de procurador somente pós-julgado.

2. *Explicar os motivos para a não autuação de Cbex para demais responsáveis condenados no processo*

| <b>Subitem Acórdão</b> | <b>Nome – CPF</b>    | <b>Observação</b>  |
|------------------------|----------------------|--|
| 9.x                    | <i>Fulano de tal</i> | 1. <i>Quitou, conforme Acórdão xxxx/xxxx</i><br>2. <i>Parcelamento de débito</i> |

3. *Explicar situações excepcionais acerca de procurações (nomeação de procurador somente pós julgados).*

Secex-PI, em 14 de dezembro de 2018.

*(Assinado eletronicamente)*  
Maria da Conceição Silva Souza  
Matrícula 1093-6